



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Compete à Comissão Permanente de Justiça e Redação, nos termos do art. 77 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, opinar e emitir parecer sobre a legislação em deliberação.

O **Projeto de Lei nº 59/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 064/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, estima a receita e fixa a despesa do Município de Santa Terezinha de Itaipu para o exercício financeiro de 2026.

Do relatório:

O Vereador MARCELO DE CAMPOS, relator do presente parecer, apresenta seguinte conclusão:

- a) **Legalidade:** A proposição está em conformidade com os preceitos constitucionais e legais aplicáveis, sendo formalmente legítima e de iniciativa própria do Poder Executivo, nos termos do art. 165, §5º da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Municipal nº 2150/2025 (LDO).
- b) **Manifestação:** A proposição constitui instrumento indispensável ao planejamento governamental para o exercício de 2026, assegurando a execução das políticas públicas previstas e alinhando-se às diretrizes estabelecidas pela LDO. O projeto demonstra equilíbrio entre receitas e despesas, observância aos princípios da responsabilidade fiscal, economicidade e eficiência administrativa, além de garantir a transparência na alocação dos recursos municipais para cada área temática, conforme consta dos anexos da LOA.

É o relatório.

Em análise ao presente Projeto de Lei, e em consonância com o relatório, decidem os membros das comissões manifestam-se pelo parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 59/2025.

É o parecer.



Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2025.

Ver. MARCELO DE CAMPOS
Presidente Relator

Ver. CLAUDETE APARECIDA BRAMBATTI
Secretária

Ver. JOSÉ VALENTIM DA SILVA MOTTA (JACARÉ)
Membro